CARTA DE CONJUNTURA

NÚMERO 72 — NOTA DE CONJUNTURA 16 — 3 ° TRIMESTRE DE 2026

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ATIVIDADE ECONÔMICA

Indicadores mensais de indústria, comércio e serviços

Leonardo Mello de Carvalho
Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

leonardo.carvalho@ipea.gov.br

Divulgado em 30 de setembro de 2026.

Sumário

O produto interno bruto (PIB) cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026, na série dessazonalizada, em linha com o projetado pelo Ipea, mas com composição bem distinta da antecipada. O avanço concentrou-se em atividades pouco sensíveis ao ciclo doméstico, como a agropecuária (2,8%) e as indústrias extrativas (3,4%), enquanto a indústria de transformação, a construção e o consumo das famílias recuaram 0,4% cada um, deixando a demanda interna final praticamente estável. Volta a se desenhar, assim, a economia de duas velocidades que caracterizou 2025, e a leitura da edição anterior, de que os vetores de sustentação da atividade vinham prevalecendo sobre os freios, deixa de valer para o consumo e para os ramos mais dependentes da demanda interna. O mercado de trabalho segue amortecendo a desaceleração, com desocupação nas mínimas da série e massa de rendimentos em alta na comparação interanual, mas a criação de vagas formais e os rendimentos perderam fôlego na margem. Com o comprometimento da renda com o serviço da dívida no maior nível da série dessazonalizada, o crédito às famílias perdeu força como sustentação do consumo, e as medidas de apoio à renda adotadas no início do ano tiveram seu efeito atenuado, o que torna mais visíveis os efeitos defasados dos juros elevados.

Os indicadores mensais de julho reforçam esse diagnóstico. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 0,2% na margem, depois de recuar 0,9% em junho, e deixou carregamento estatístico negativo para o terceiro trimestre. O recuo de julho veio da agropecuária (-1,2%) e da indústria (-0,4%), com os serviços estáveis, mas o índice sem a agropecuária também caiu (-0,1%), sinal de que a fraqueza não se restringe ao setor agrícola. Na comparação com julho de 2025, o IBC-Br cresceu 1,1% e acumulou alta de 1,5% no ano. Trata-se de perda de ritmo a partir de um nível elevado. A renda das famílias acompanhou esse movimento: a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), calculada pelo Banco Central do Brasil (BCB), acumulava em julho alta real de 3,8% em doze meses, abaixo dos 4,3% de maio, e sua parcela mais associada aos rendimentos recorrentes passou de 4,9% para 4,2% na mesma comparação.

Na indústria, a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) registrou alta de 0,2% em julho, na série dessazonalizada, recuperando pouco das quedas de 1,0% em maio e de 1,6% em junho. A atualização da série dessazonalizada tornou o quadro recente mais fraco do que o descrito na edição anterior: a queda de maio, então estimada em 0,2%, ficou maior, e a indústria de transformação, que naquela edição mostrava altas em todos os meses até maio, passou a registrar pequenos recuos

em março e maio, seguidos de forte queda em junho (-2,1%). Na margem, a transformação avançou 0,5% em julho, interrompendo dois meses de queda, enquanto a extrativa recuou 1,0%, pelo terceiro mês consecutivo. Na comparação interanual, a produção industrial caiu 0,5%, com retração de 1,1% na transformação e alta de 2,5% na extrativa, e o acumulado no ano desacelerou de 1,4% em junho para 1,1%. A composição volta a se aproximar do padrão de 2025, com a extrativa sustentando o resultado do ano (6,7% no acumulado) e a transformação praticamente estagnada (0,1%). Entre as grandes categorias econômicas, bens de capital e bens semi e não duráveis recuaram na comparação interanual, com a fraqueza dos primeiros concentrada nas máquinas agrícolas; os bens duráveis cresceram, e veículos automotores, com alta de 7,6% na mesma base de comparação, seguem como exceção entre os ramos mais dependentes de crédito.

No comércio, a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) mostrou recuo de 0,8% no varejo restrito em julho, na série dessazonalizada, o segundo do ano, enquanto o varejo ampliado avançou 0,4%, após queda de 1,1% em junho, com altas em veículos, materiais de construção e no atacado especializado em produtos alimentícios. Na comparação interanual, as vendas cresceram 1,2% no restrito e 1,8% no ampliado, com acumulados no ano de 1,8% e 1,9%, respectivamente. A queda do restrito na margem não se limitou aos segmentos mais dependentes de crédito, como móveis e eletrodomésticos (-4,9%). Alcançou também segmentos mais sensíveis à renda, que vinham se mostrando mais sustentados, com recuos em tecidos, vestuário e calçados (-2,7%), em outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,2%) e, em menor medida, em hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,2%); entre eles, só artigos farmacêuticos (0,6%) e combustíveis (0,3%) avançaram. A perda de fôlego do consumo de bens observada no segundo trimestre mostrou-se, assim, mais disseminada no primeiro mês do terceiro. Entre os segmentos mais dependentes de crédito, os veículos são exceção na comparação interanual, com alta de 5,0%, favorecidos por programas públicos e promoções, e passaram a liderar as contribuições para o crescimento do varejo ampliado no ano.

O volume de serviços, medido pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), ficou estável em julho, na série dessazonalizada, após alta de 0,1% em junho, e segue perto do pico da série, embora praticamente no mesmo nível desde setembro de 2025. A estabilidade combinou altas em quatro das cinco atividades com a queda de 2,5% em informação e comunicação, que devolveu parte do avanço acumulado entre abril e junho. Na comparação interanual, o crescimento desacelerou de 2,2% em junho para 0,9%, com acumulados de 1,9% no ano e de 2,4% em doze meses. A composição ficou ainda mais concentrada: informação e comunicação acumula alta de 6,5% no ano, e os serviços prestados às famílias, de 2,2%, enquanto transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio recuam 1,4%, com forte queda do transporte aéreo em volume, embora sua receita nominal tenha crescido, o que evidencia a alta dos preços do segmento. Os serviços deixaram, portanto, de funcionar como vetor de crescimento, mas permanecem em patamar elevado.

As sondagens da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostram que o enfraquecimento da atividade alcançou também a confiança de empresários e consumidores. O Índice de Confiança Empresarial (ICE) recuou pelo segundo mês consecutivo em agosto, para 91,1 pontos, e devolveu a melhora de junho. A indústria concentrou a piora: sua confiança passou de 100,1 pontos em junho, quando voltou ao campo ligeiramente otimista pela primeira vez desde outubro de 2024, para 93,7 pontos em agosto, com percepção de demanda mais fraca e de estoques acima do desejado. Comércio e construção também recuaram em agosto, e apenas os serviços avançaram, após a queda de julho. Em setembro, a confiança da construção voltou a cair, e a dos consumidores recuou pelo quinto mês seguido, para 84,2 pontos, o menor nível desde novembro de 2022, com piora concentrada nas expectativas, inclusive quanto à compra de bens duráveis. Em conjunto, as sondagens estão em linha com os sinais quantitativos da indústria e do comércio, e as expectativas mais fracas de consumidores e de empresas da construção para os próximos meses sugerem que a moderação da demanda doméstica tende a continuar.

1 Resultados gerais

O PIB brasileiro cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026, na série dessazonalizada, após alta de 1,1% no primeiro, e alcançou o maior nível da série. Na comparação com o mesmo trimestre de 2025, o avanço foi de 2,0%. O resultado agregado ficou em linha com o projetado pelo Ipea na Visão Geral da Conjuntura de julho, mas, em termos de composição, a demanda interna veio mais fraca do que o previsto. O consumo das famílias recuou 0,4%, e a demanda interna final ficou praticamente estável (-0,1%), mesmo com as altas da formação bruta de capital fixo (1,2%) e do consumo do governo (0,4%). Pelo lado da oferta, o crescimento concentrou-se na agropecuária (2,8%) e nas indústrias extrativas (3,4%), enquanto a indústria de transformação e a construção recuaram 0,4% cada uma e os serviços cresceram 0,2%. O valor adicionado das atividades exógenas ao ciclo doméstico (agropecuária, extrativas, atividades financeiras, imobiliárias e administração pública) aumentou 0,9% no trimestre, e o das demais, apenas 0,1%.

O resultado recoloca em evidência o crescimento em duas velocidades observado em 2025. Na edição anterior, com base no PIB do primeiro trimestre e nos indicadores de abril e maio, a avaliação era de que os vetores de sustentação da atividade vinham prevalecendo sobre os freios, leitura que os dados do segundo trimestre não sustentam no consumo das famílias e nos setores voltados ao mercado doméstico. Ainda assim, o emprego e a renda do trabalho seguem atenuando a perda de ritmo, com a taxa de desocupação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) no mínimo histórico (5,4% no trimestre encerrado em julho, na série dessazonalizada pelo BCB) e a massa real de rendimentos 4,1% acima da de um ano antes. No mesmo trimestre, contudo, o rendimento médio real recuou e a geração de vagas formais no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) desacelerou, ambos na margem.

No crédito às famílias, o comprometimento da renda com o serviço da dívida chegou a 28,9% em junho, na série dessazonalizada, e a inadimplência do crédito livre a pessoas físicas, a 7,8% em julho, ante 6,7% um ano antes, ambos os maiores valores das respectivas séries do BCB, ainda que parte da alta da inadimplência desde 2025 decorra de mudanças regulatórias (Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional). Nesse ambiente, as modalidades de crédito pessoal e de aquisição de bens perderam fôlego. Em termos reais e em médias móveis trimestrais dessazonalizadas, as concessões de crédito pessoal recuaram 4,2% no trimestre encerrado em julho, com forte queda no consignado para trabalhadores do setor privado, e as destinadas à aquisição de bens, 5,3%, após altas de 4,3% e 5,5%, respectivamente, no trimestre encerrado em abril. Na mesma comparação, o saldo da carteira de aquisição de bens caiu 1,4%, e o de crédito pessoal cresceu apenas 0,4%, ante 1,5%.

Os dados mensais de julho mostram que a perda de ritmo prosseguiu no início do terceiro trimestre. O IBC-Br recuou 0,2% no mês, na série dessazonalizada, após queda de 0,9% em junho, e voltou praticamente ao nível de janeiro, 1,1% abaixo do pico da série, registrado em maio. No trimestre móvel encerrado em julho, a queda foi de 0,3%, e o carry-over para o terceiro trimestre ficou em -0,7%. Na comparação com o mesmo mês de 2025, o indicador cresceu 1,1%, após 2,4% em junho. No acumulado do ano, a alta foi de 0,4% na métrica dessazonalizada e de 1,5% sobre o mesmo período de 2025, mesma taxa acumulada em doze meses (tabela 1).

Na abertura setorial do IBC-Br, agropecuária e indústria responderam pela queda de julho, com recuos de 1,2% e 0,4%, respectivamente, na margem, e os serviços ficaram estáveis. O resultado da indústria contrasta com a alta de 0,2% da PIM-PF (seção 2): esse componente do IBC-Br procura replicar o PIB industrial das contas nacionais trimestrais, que inclui também a construção e as atividades de eletricidade, gás e água. Excluída a agropecuária, o índice recuou 0,1%, e, no trimestre móvel encerrado em julho, os três setores registraram retração: 0,6% na agropecuária, 0,5% na indústria e 0,2% nos serviços. A indústria deixa o carry-over mais negativo para o terceiro trimestre (-1,4%), à frente da agropecuária (-0,8%) e dos serviços (-0,3%). Na comparação interanual,

a agropecuária cresceu 3,7% em julho, os serviços, 1,3%, e a indústria, 0,5%. No acumulado do ano, os serviços lideram, com alta de 2,0% sobre o mesmo período de 2025, contra 1,4% da agropecuária e 0,7% da indústria.

A renda das famílias também desacelerou: em termos reais, a RNDBF cresceu 3,8% no acumulado em doze meses até julho, ante 4,3% até maio, e a RNDBF restrita, que exclui o excedente e as rendas de propriedade, passou de 4,9% para 4,2%. Nas médias móveis trimestrais dessazonalizadas, a RNDBF real caiu 0,8% no trimestre encerrado em julho[1], segunda queda seguida, em parte porque o pagamento extraordinário de precatórios elevou a base de comparação do trimestre anterior. Os estímulos à renda do início do ano, como o reajuste do salário mínimo e a isenção ou redução do imposto de renda para as faixas iniciais, seguem sustentando o nível da renda, mas sua contribuição para o crescimento do consumo diminuiu já no segundo trimestre, e o serviço elevado da dívida limita a conversão da renda em consumo. Com isso, os efeitos defasados da política monetária restritiva passaram a aparecer com mais clareza nos componentes mais sensíveis ao ciclo.

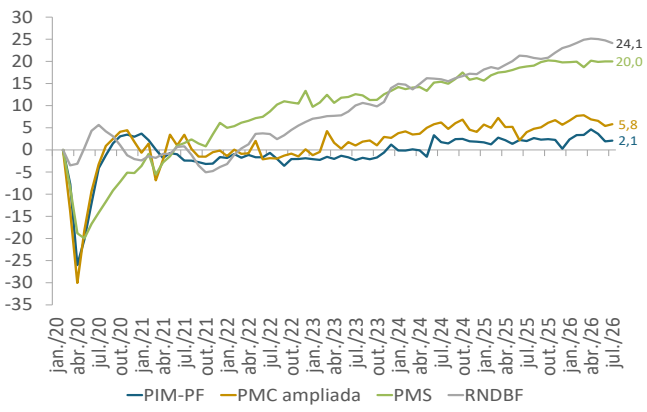
TABELA 1
IBC-Br e setores produtivos: evolução das taxas de crescimento
(Em %)

	Mês/Mês anterior dessazonalizado					Mês/igual mês do ano anterior					Acumulado			
	Mai./26	Jun./26	Jul./26	Trim.[1]	*Carry-over* 3ºTrim.	Mai./26	Jun./26	Jul./26	Trim.[1]	*Carry-over* 3ºTrim.	No ano (dessaz.)	No ano (yoy)	Em doze meses	*Carry-over* 2026
IBC-Br	**0,2**	**-0,9**	**-0,2**	**-0,3**	**-0,7**	**1,0**	**2,4**	**1,1**	**1,5**	**1,1**	**0,4**	**1,5**	**1,5**	**1,2**
Impostos	0,1	-1,1	-0,2	-0,6	-0,9	0,2	2,7	0,7	1,2	0,8	0,4	1,1	0,7	0,9
Valor adicionado[2]	**0,2**	**-0,7**	**-0,2**	**-0,3**	**-0,6**	**1,2**	**2,4**	**1,2**	**1,6**	**1,2**	**0,5**	**1,6**	**1,6**	**1,3**
Agropecuária	-0,9	1,0	-1,2	-0,6	-0,8	2,5	5,1	3,7	3,8	4,5	-0,6	1,4	2,3	1,8
Indústria	0,7	-1,8	-0,4	-0,5	-1,4	0,0	1,6	0,5	0,7	0,1	0,2	0,7	0,7	0,5
Serviços	0,1	-0,5	0,0	-0,2	-0,3	1,4	2,3	1,3	1,6	1,2	0,7	2,0	1,9	1,6
IBC-Br ex-agropecuária	**0,2**	**-1,0**	**-0,1**	**-0,3**	**-0,8**	**0,9**	**2,2**	**1,0**	**1,4**	**0,9**	**0,5**	**1,6**	**1,5**	**1,2**
VA ex-agropecuária[2]	**0,2**	**-0,8**	**-0,1**	**-0,2**	**-0,6**	**1,0**	**2,1**	**1,0**	**1,4**	**0,9**	**0,6**	**1,7**	**1,6**	**1,3**

Fonte: BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota: [1] Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.
[2] Série construída pelo Ipea/Dimac por agregação das séries do BCB; dessazonalização indireta.

Em linhas gerais, as pesquisas setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corroboram esse início mais fraco do terceiro trimestre. A produção industrial cresceu em julho, mas recuperou pouco das perdas de maio e junho, com a indústria de transformação voltando a avançar na margem e a extrativa em nova queda. O comércio varejista recuou no conceito restrito, na segunda queda do ano, e cresceu no ampliado, após a retração de junho, enquanto os serviços ficaram estáveis, em patamar próximo ao pico histórico. Nos três casos, o carry-over para o terceiro trimestre é negativo ou nulo. Desde fevereiro de 2020, mês imediatamente anterior ao início da pandemia, serviços e renda das famílias continuam como os motores da atividade econômica (gráfico 1). Em síntese, a economia iniciou o terceiro trimestre em ritmo mais fraco, com indústria e comércio sem recompor as perdas recentes, serviços estáveis em nível elevado e a renda das famílias ainda como principal suporte, embora em desaceleração.

GRÁFICO 1
Atividade econômica: evolução dos indicadores setoriais (fev./2020-jul./2026)
(Índices com ajuste sazonal, base: fev/2020 = 0)



Fontes: IBGE e BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota: [1] A variável RNDBF aparece em médias móveis trimestrais.

1. Taxa calculada sobre série mensal estimada pelo Ipea; por isso, difere da variação entre julho e abril na série dessazonalizada divulgada pelo BCB.

2 Produção industrial

A PIM-PF indica que a produção industrial cresceu 0,2% em julho de 2026, na série dessazonalizada, depois de recuar 1,0% em maio e 1,6% em junho, e terminou o mês 2,4% abaixo do nível de abril, o mais alto desde maio de 2015. Na comparação com julho de 2025, a produção recuou 0,5%, depois de quatro taxas interanuais positivas. O resultado, contudo, deve ser qualificado pela composição. A indústria de transformação avançou 0,5% na margem, interrompendo dois meses de queda, e as indústrias extrativas recuaram 1,0%, na terceira queda consecutiva. A alta alcançou 13 dos 25 ramos pesquisados, e os principais destaques, como informática e eletrônicos (12,2%), derivados de petróleo e biocombustíveis (1,1%) e alimentos (1,0%), recompuseram apenas parte das perdas de maio e junho. Na comparação interanual, a transformação caiu 1,1%, e a extrativa cresceu 2,5% (tabela 2). No acumulado do ano, a produção industrial avançou 1,1% sobre o mesmo período de 2025, abaixo dos 1,4% do primeiro semestre, e o resultado de julho deixa carry-over de -1,3% para o terceiro trimestre na margem e de -0,4% na comparação interanual.

A trajetória recente da produção também ficou mais fraca do que a descrita na edição anterior, por conta da atualização da série dessazonalizada. Naquela edição, com dados até maio, a produção havia recuado 0,2% em maio, e a transformação acumulava altas em todos os meses de 2026. Na série atual, a queda de maio passou a 1,0%, com abril revisto de 0,7% para 1,2%, e a transformação registra pequenos recuos em março e em maio (0,1% em cada mês), antes da forte queda de junho (2,1%). Como a taxa interanual de maio, que não depende do ajuste sazonal, se manteve em 0,2%, a revisão parece decorrer sobretudo da reestimação dos fatores sazonais.

TABELA 2
Produção industrial e grandes grupos econômicos: evolução das taxas de crescimento
(Em %)

	Pesos	Contra período anterior dessazonalizado					Contra igual período do ano anterior					Acumulado			
		Mai./26	Jun./26	Jul./26	Trim.[1]	*Carry-over* 3ºTrim.	Mai./26	Jun./26	Jul./26	Trim.[1]	*Carry-over* 3ºTrim.	No ano (dessaz.)	No ano (yoy)	Em doze meses	*Carry-over* 2026
Geral	100,0	-1,0	-1,6	0,2	-1,2	-1,3	0,2	1,7	-0,5	0,4	-0,4	1,8	1,1	0,6	0,7
Classes															
Indústrias extrativas	14,6	-2,8	-0,3	-1,0	-1,0	-2,2	3,1	5,8	2,5	3,8	3,2	2,2	6,7	6,5	4,9
Transformação	85,4	-0,1	-2,1	0,5	-1,1	-0,9	-0,4	1,0	-1,1	-0,2	-1,1	1,7	0,1	-0,5	-0,1
Grupos econômicos															
Capital	6,0	-0,1	-1,1	2,4	0,1	1,6	-6,6	-1,8	-2,4	-3,6	-1,4	7,5	-4,9	-4,8	-2,8
Intermediários	60,5	-0,8	-1,1	-0,2	-0,4	-1,2	1,3	2,6	0,3	1,3	0,1	3,5	1,8	1,3	1,5
Consumo	31,8	-1,0	-3,2	0,3	-3,4	-2,2	-0,9	0,9	-1,8	-0,6	-2,1	-2,1	0,8	0,0	-0,7
Duráveis	4,4	3,8	-3,1	3,2	1,2	2,4	1,6	5,5	4,6	3,8	4,6	11,7	1,9	0,2	3,4
Semi e não duráveis	27,5	-1,8	-3,7	0,5	-4,2	-2,7	-1,3	0,1	-2,9	-1,4	-2,9	-3,5	0,6	0,0	-1,2
Insumos da construção civil		1,7	0,3	0,3	0,5	1,0	-2,8	0,8	0,6	-0,5	-0,4	5,1	-2,5	-3,2	-1,4

Fonte: PIM-PF/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea
Nota: [1] Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.

Na indústria de transformação, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci), medido pela FGV, ficou em 82,9% em agosto, na série dessazonalizada, mesmo patamar de julho e pouco abaixo dos 83,2% de abril, mantendo-se acima da média histórica de 79,9% (gráfico 2). A perda de ritmo da produção, portanto, ainda se reflete pouco nesse indicador.

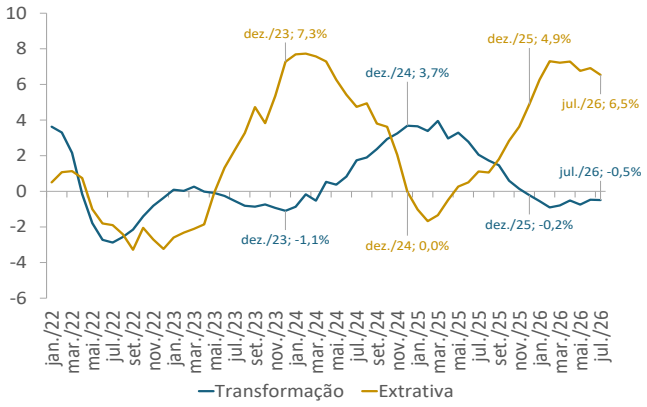
Na comparação acumulada em doze meses, a distância entre extrativas e transformação segue ampla. A taxa das extrativas passou de 4,9% em dezembro de 2025 para 6,5% em julho de 2026, abaixo dos 7,3% de fevereiro e de abril, e a da transformação, de -0,2% para -0,5% (gráfico 3). Na edição anterior, a alta da transformação nas janelas mais curtas indicava que essa distância tenderia a se estreitar, o que não se confirmou. A transformação acumula alta de apenas 0,1% no ano e, caso o nível dessazonalizado verificado em julho se mantenha até dezembro, encerrará 2026 com queda de 0,1%, ante crescimento de 1,3% pelo mesmo cálculo feito naquela edição,

com o nível de maio. As extrativas, puxadas por petróleo, minério de ferro e gás natural, acumulam alta de 6,7% no ano e carry-over de 4,9% para 2026, mas recuaram 4,1% entre abril e julho, na série dessazonalizada.

GRÁFICO 2
Indústria de transformação: Nuci (ago./2002-ago./2026)
(Nível dessazonalizado e taxas de variação, em %)

Fonte: FGV.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

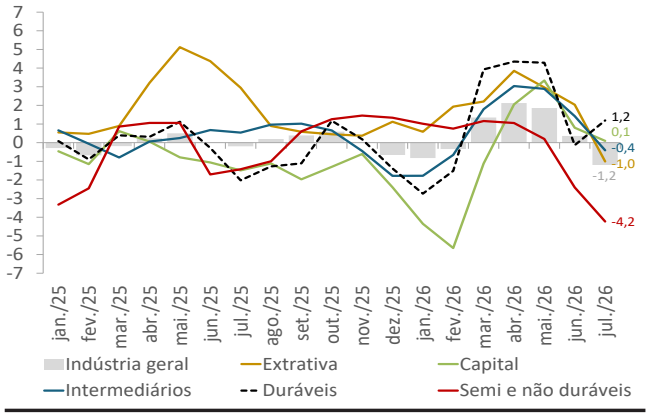
GRÁFICO 3
PIM: transformação versus extrativas (jan./2022-jul./2026)
(Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A abertura por grandes categorias econômicas confirma a perda de fôlego. Nas médias móveis trimestrais dessazonalizadas, que comparam o trimestre encerrado em julho ao encerrado em abril, a indústria geral recuou 1,2%, a queda mais intensa desde outubro de 2022, com retrações em bens semi e não duráveis (-4,2%), nas extrativas (-1,0%) e em bens intermediários (-0,4%), estabilidade em bens de capital (0,1%) e alta apenas em bens duráveis (1,2%) (gráfico 4). Na edição anterior, todos os grupos cresciam nessa métrica. A retração dos semi e não duráveis, a maior desde junho de 2021, reflete três quedas seguidas na margem entre abril e junho, que somaram 5,8%, e o grupo recuou 2,9% sobre julho de 2025, com perdas em vestuário, calçados e medicamentos. Os bens de capital subiram 2,4% na margem em julho, mas caíram 2,4% na comparação interanual e acumulam queda de 4,9% no ano, a única entre as grandes categorias econômicas. Sobre julho de 2025, a fraqueza concentrou-se nos bens de capital agrícolas (-31,6%) e de uso misto (-7,6%), enquanto os voltados a transporte, construção, energia elétrica e fins industriais cresceram. A queda das máquinas agrícolas, mesmo após a forte expansão da agropecuária no segundo trimestre, sinaliza investimento contido no setor, em ambiente de endividamento e crédito caro. Os bens duráveis, em sentido oposto, cresceram 4,6% na comparação interanual, com destaque para automóveis, eletrodomésticos da linha branca e motocicletas.

GRÁFICO 4
PIM: indústria geral e grupos econômicos – médias móveis trimestrais dessazonalizadas (jan./2025-jul./2026
(Variação contra o período anterior, em %)

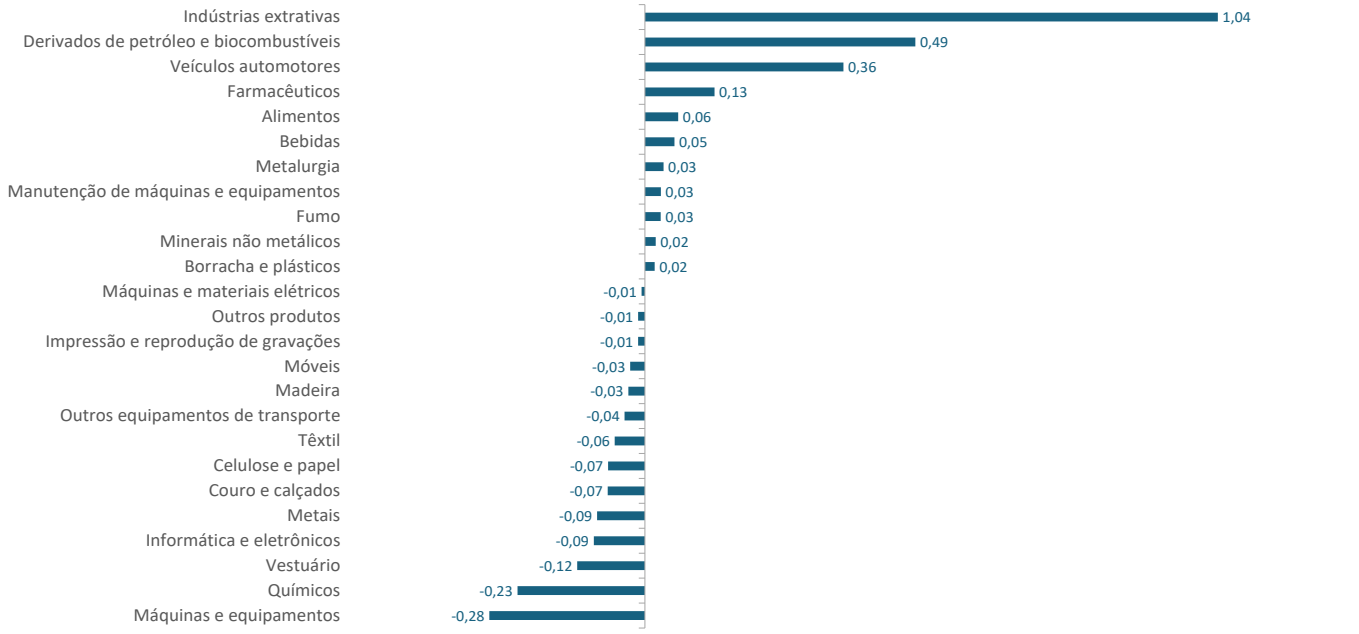


Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A desagregação setorial da taxa acumulada no ano mostra o crescimento de novo concentrado nos segmentos menos sensíveis ao ciclo doméstico, como em boa parte de 2025. As indústrias extrativas adicionaram 1,04 ponto percentual (p.p.) à alta de 1,1% da indústria geral de janeiro a julho, e derivados de petróleo e biocombustíveis, 0,49 p.p., mais do que todo o crescimento do período; as demais 23 atividades, em conjunto, subtraíram 0,40 p.p. (gráfico 5). Veículos automotores, ramo sensível às condições de financiamento, passaram à terceira maior contri-

buição (0,36 p.p.), com alta de 5,7% no ano e de 7,6% sobre julho de 2025. De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), contudo, cerca de dois terços do aumento da produção no ano vieram de veículos montados a partir de kits completa ou parcialmente desmontados (regimes CKD e SKD), nos quais a maior parte do conteúdo é importada. Os maiores impactos negativos vieram de máquinas e equipamentos (-0,28 p.p.) e de produtos químicos (-0,23 p.p.), estes pressionados pela menor produção de fertilizantes e defensivos agrícolas, seguidos de vestuário (-0,12 p.p.). A permanência de máquinas e equipamentos entre os principais detratores, como na edição anterior, é compatível com o peso dos juros elevados sobre o investimento, em quadro de endividamento crescente e despesas financeiras elevadas das empresas industriais.

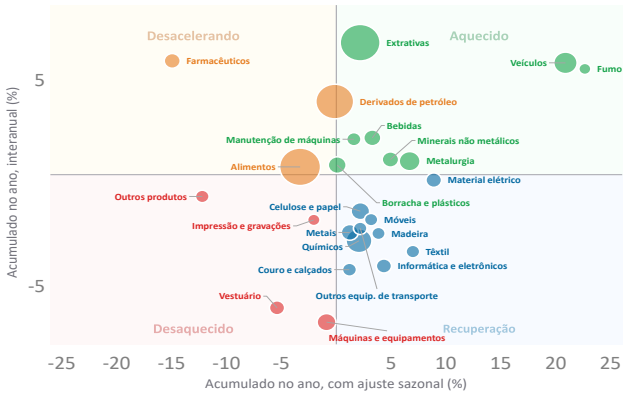
GRÁFICO 5
PIM: contribuição para a taxa acumulada no ano (jul./2026)
(Em pontos percentuais)



Fonte: Ipea e IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O mapa setorial, que cruza a taxa acumulada no ano com ajuste sazonal (nível de julho contra o de dezembro) e a taxa contra o mesmo período de 2025, resume essa heterogeneidade (gráfico 6). Apenas oito das 25 atividades, com 36,8% dos pesos, crescem nas duas métricas, entre elas extrativas, veículos, metalurgia e bebidas, e quatro, com 7,7%, recuam nas duas, como máquinas e equipamentos e vestuário. Alimentos, derivados de petróleo e farmacêuticos (31,0% dos pesos) ainda crescem sobre o mesmo período de 2025, mas estão abaixo do nível de dezembro. Outras dez atividades (24,5%), entre elas químicos, celulose e papel e informática e eletrônicos, avançaram desde dezembro sem superar o mesmo período de 2025, mas partiram de base deprimida: nove delas recuaram em dezembro, e sete seguem abaixo do nível de novembro de 2025.

GRÁFICO 6
PIM: mapa setorial – taxas acumuladas no ano (jul./2026)
(Em %; eixo horizontal: com ajuste sazonal; eixo vertical: contra o mesmo período do ano anterior)



Fonte: Ipea e IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota: [1] O tamanho de cada círculo aumenta com o peso da atividade na pesquisa. Os quadrantes separam as atividades pelo sinal das duas taxas.

3 Comércio

Segundo a PMC, o volume de vendas do varejo restrito recuou 0,8% em julho de 2026, na série dessazonalizada, após duas altas, e ficou 1,5% abaixo do recorde da série, registrado em março. O varejo ampliado, por sua vez, avançou 0,4%, depois de três quedas seguidas, e recuperou só parte da perda de 1,1% de junho, com altas no atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, em materiais de construção e em veículos, motos, partes e peças. Sobre julho de 2025, o restrito cresceu 1,2%, e o ampliado, 1,8%. A queda do restrito na margem, a segunda do ano, alcançou cinco das oito atividades e foi mais intensa em móveis e eletrodomésticos (-4,9%), a maior retração do segmento desde dezembro de 2023. Na comparação do trimestre encerrado em julho com o encerrado em abril, em médias móveis dessazonalizadas, o restrito recuou 0,5%, a queda mais intensa desde setembro de 2022, e o ampliado, 1,4%, depois de já terem caído 0,3% e 1,0%, respectivamente, no segundo trimestre em relação ao primeiro. Na edição anterior, com dados até abril, essa métrica ainda mostrava alta nos dois agregados, e a queda daquele mês foi lida como acomodação na ponta. No acumulado do ano, as vendas cresceram 1,8% no restrito e 1,9% no ampliado. Para o terceiro trimestre, julho deixa carry-over de -0,6% no restrito e de -0,4% no ampliado na margem, e de 1,1% e 1,2%, respectivamente, na comparação interanual (tabela 3).

TABELA 3
Vendas no varejo: ampliado, restrito e segmentos – evolução das taxas de crescimento
(Em %)

	Pesos	Mês/Mês anterior dessazonalizado					Mês/Igual mês do ano anterior					Acumulado			
		Mai./26	Jun./26	Jul./26	Trim.[1]	*Carry-over* 3ºTrim.	Mai./26	Jun./26	Jul./26	Trim.[1]	*Carry-over* 3ºTrim.	No ano (dessaz.)	No ano (yoy)	Em doze meses	*Carry-over* 2026
Comércio varejista ampliado[2]	**100,0**	**-0,3**	**-1,1**	**0,4**	**-1,4**	**-0,4**	**-0,4**	**4,9**	**1,8**	**2,0**	**1,2**	**0,1**	**1,9**	**1,2**	**1,1**
Comércio varejista restrito[3]	**59,6**	**0,2**	**0,3**	**-0,8**	**-0,5**	**-0,6**	**0,7**	**2,8**	**1,2**	**1,6**	**1,1**	**0,3**	**1,8**	**1,6**	**1,3**
1. Combustíveis e lubrificantes	7,2	1,0	-1,8	0,3	-2,7	-0,6	2,0	1,3	-0,5	0,9	0,1	-1,5	1,7	1,1	0,7
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	32,2	-1,4	1,0	-0,2	-0,3	0,0	-0,4	2,1	2,9	1,5	2,2	1,1	1,6	0,9	1,5
2.1 Hipermercados e supermercados		-1,8	1,0	-0,1	-0,4	-0,1	-0,4	2,1	2,9	1,5	2,2	1,2	1,6	1,0	1,5
3. Tecidos, vestuário e calçados	3,7	3,4	-3,2	-2,7	0,2	-3,7	3,6	-1,7	-4,7	-0,8	-3,5	-1,5	-0,9	-1,4	-1,5
4. Móveis e eletrodomésticos	4,1	2,2	0,1	-4,9	-0,3	-4,2	1,9	7,4	-3,7	1,7	-3,6	-5,4	2,6	3,9	-0,7
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,6	1,3	0,2	0,6	1,6	1,2	2,5	6,1	4,7	4,4	3,7	4,5	4,6	5,1	3,7
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	0,2	17,3	-11,7	-4,2	9,4	-7,2	22,6	12,6	-1,7	10,9	0,6	3,2	3,5	2,4	3,0
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,9	-1,7	-1,3	0,6	-3,7	-0,9	-4,1	2,2	2,5	0,1	0,2	-14,7	5,0	7,7	-0,3
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	5,8	-0,2	1,4	-2,2	-0,2	-1,3	0,4	5,0	-2,3	0,9	-0,6	0,2	1,2	1,7	0,6
9. Veículos, motos, partes e peças	16,8	1,9	-1,3	0,3	0,7	0,1	2,1	11,8	5,0	6,1	4,6	4,2	3,2	0,1	3,3
10. Materiais de construção	7,7	2,0	-3,2	0,7	-1,5	-0,8	-1,7	0,6	-2,0	-1,1	-1,4	1,5	-1,0	-1,7	-1,0
11. Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	15,9	-1,9	0,7	1,8	-1,5	1,6	-7,9	7,5	2,1	0,3	-0,6	-0,9	1,9	2,6	0,5

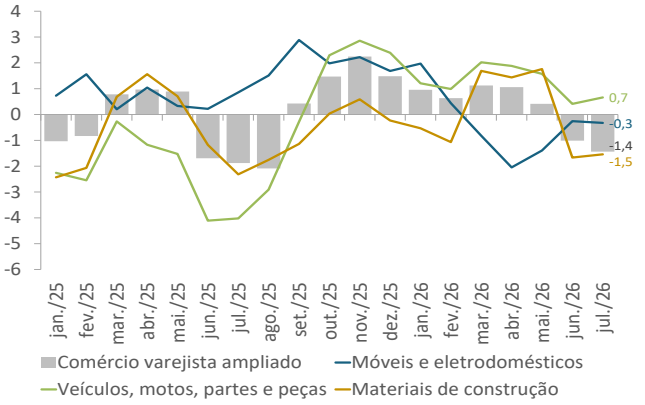
Fonte: PMC/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Notas:
[1] Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.
[2] O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 11.
[3] O indicador do comércio varejista restrito é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

Entre os segmentos mais sensíveis ao crédito, apenas veículos, motos, partes e peças seguem em expansão nas médias móveis trimestrais. O segmento cresceu 0,7% nessa métrica, na décima alta seguida, ainda que em ritmo inferior ao de janeiro a maio, e 5,0% sobre julho de 2025, quinta taxa interanual positiva consecutiva, favorecido por programas públicos, como o Programa Carro Sustentável, e por promoções. Móveis e eletrodomésticos recuaram 0,3% no

trimestre encerrado em julho, quinta queda seguida, e a taxa interanual passou de 7,4% em junho para -3,7% em julho. Parte dessa oscilação pode refletir a devolução de compras antecipadas para a Copa do Mundo, mas a trajetória negativa começou em março e é condizente com o crédito caro e o elevado comprometimento da renda com dívidas. Os materiais de construção, que na edição anterior ainda cresciam nas médias móveis, recuaram 1,5%, na segunda queda seguida, e 2,0% na comparação interanual; a alta de 0,7% na margem em julho compensou pouco da queda de 3,2% de junho (gráfico 7).

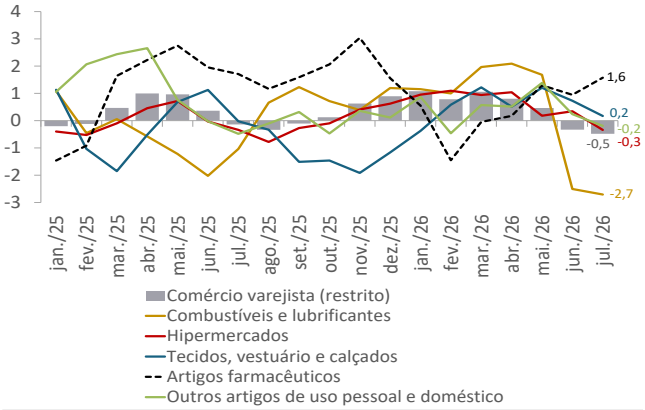
Nos segmentos mais associados à renda, que na edição anterior davam sustentação ao varejo restrito, a perda de ritmo também se manifestou. Nas médias móveis trimestrais, hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo recuaram 0,3%, primeira queda desde outubro de 2025, e combustíveis e lubrificantes, 2,7%, com base de comparação elevada pela alta de 4,9% em março. Outros artigos de uso pessoal e doméstico caíram 0,2%, e tecidos, vestuário e calçados cresceram 0,2%, apesar das quedas na margem em junho e julho, que somaram 5,8%. Só os artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos mantiveram expansão firme, de 1,6% (gráfico 8). Na comparação com julho de 2025, contudo, os dois segmentos de bens essenciais seguem em alta: hipermercados e alimentos cresceram 2,9%, a maior taxa desde abril de 2025, e farmacêuticos, 4,7%, na quadragésima primeira alta interanual consecutiva. O principal segmento do restrito mantém, assim, vendas acima das de um ano antes, mas deixou de crescer nas médias móveis, em linha com a desaceleração da renda disponível das famílias.

GRÁFICO 7
PMC: grupos mais sensíveis ao crédito – médias móveis trimestrais dessazonalizadas (jan./2025-jul./2026)
(Variação contra o período anterior, em %)



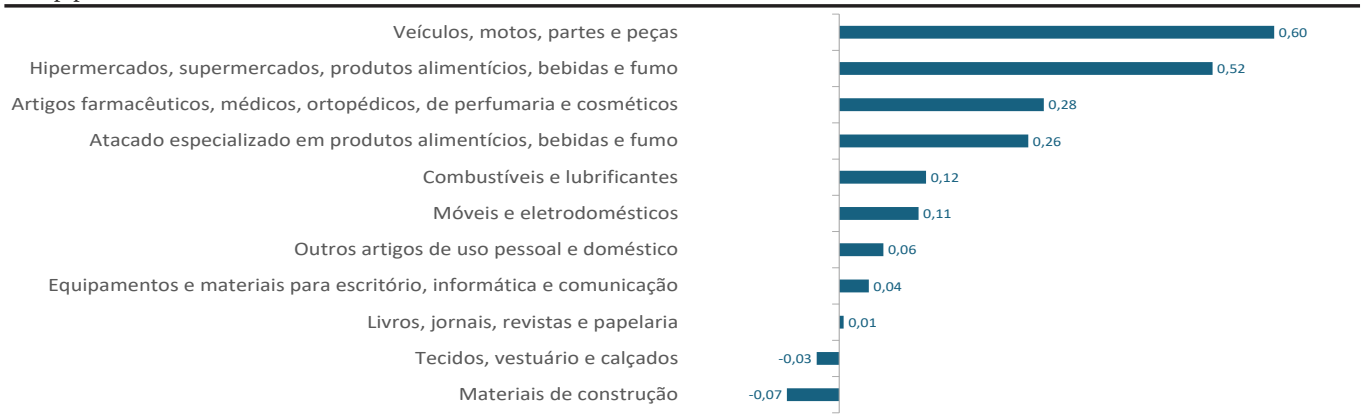
Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8
PMC: grupos mais sensíveis à renda – médias móveis trimestrais dessazonalizadas (jan./2025-jul./2026)
(Variação contra o período anterior, em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

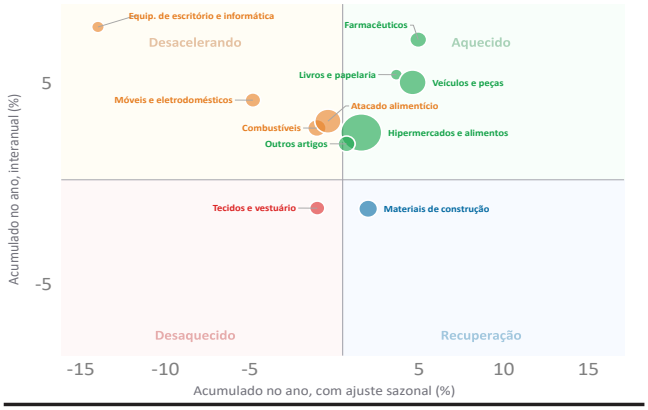
GRÁFICO 9
PMC: contribuição para a taxa acumulada no ano (jul./2026)
(Em p.p.)



Fonte: Ipea e IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na decomposição da taxa acumulada no ano, o crescimento do varejo ampliado aparece mais dependente dos veículos. Veículos, motos, partes e peças passaram a responder pela maior contribuição para a alta de 1,9% de janeiro a julho, com 0,60 ponto percentual, quase um terço do total, à frente de hipermercados e alimentos (0,52 p.p.), farmacêuticos (0,28 p.p.) e atacado alimentício (0,26 p.p.) (gráfico 9). Na edição anterior, os dois ramos ligados à alimentação respondiam por mais da metade do crescimento acumulado, e os veículos adicionavam 0,16 p.p.; até julho, os dois ramos respondem por 41% do total. Os únicos impactos negativos continuam em materiais de construção (-0,07 p.p.) e em tecidos, vestuário e calçados (-0,03 p.p.). A participação dos segmentos sensíveis ao crédito, que naquela edição era positiva, mas discreta, aumentou, porém quase só pelos veículos: móveis e eletrodomésticos somaram 0,11 p.p., abaixo dos 0,14 p.p. registrados até abril.

GRÁFICO 10
PMC: mapa setorial – taxas acumuladas no ano (jul./2026)
(Em %; eixo horizontal: com ajuste sazonal; eixo vertical: contra o mesmo período do ano anterior)



Fonte: Ipea e IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota: [1] O tamanho de cada círculo aumenta com o peso da atividade na pesquisa. Os quadrantes separam as atividades pelo sinal das duas taxas..

No mapa setorial, cinco das onze atividades, com 60,5% dos pesos, crescem tanto em relação ao nível de dezembro, com ajuste sazonal, quanto sobre o mesmo período de 2025, entre elas hipermercados e alimentos, veículos e farmacêuticos (gráfico 10). Outras quatro, com 28,1% dos pesos, perderam ritmo ao longo do ano: superam as vendas do mesmo período de 2025, mas seguem abaixo do nível de dezembro, entre elas o atacado alimentício, combustíveis e móveis e eletrodomésticos. Materiais de construção estão acima de dezembro, mas abaixo do mesmo período de 2025, e tecidos, vestuário e calçados são a única atividade em queda nas duas métricas.

4 Serviços

De acordo com a PMS, o volume de serviços variou 0,0% na passagem de junho para julho de 2026, na série dessazonalizada, após subir 0,1% em junho. O setor está 20,0% acima do nível de fevereiro de 2020 e 0,2% abaixo do pico da série, alcançado em outubro de 2025, mas pouco se moveu desde setembro daquele ano: o nível de julho supera o de setembro em apenas 0,1%. A estabilidade do agregado resultou de movimentos opostos. Os serviços de informação e comunicação recuaram 2,5% e devolveram parte da alta de 3,3% acumulada entre abril e junho. As outras quatro atividades avançaram, recuperando só parte das perdas dos meses anteriores: outros serviços (0,7%), serviços profissionais, administrativos e complementares (0,6%), serviços prestados às famílias (0,5%) e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (0,4%). Sobre julho de 2025, o volume cresceu 0,9%, vigésima oitava taxa interanual positiva seguida, após 2,2% em junho. No acumulado de janeiro a julho, o crescimento foi de 1,9%, e, em doze meses, de 2,4%, a menor taxa nessa métrica desde setembro de 2024. Julho deixa para o terceiro trimestre carry-over de 0,0% na margem e de 0,6% sobre o mesmo trimestre de 2025 (tabela 4).

Nas médias móveis trimestrais dessazonalizadas, o trimestre encerrado em julho superou em 0,3% o encerrado em abril (gráfico 11). O avanço, contudo, reflete a base de comparação deprimida pela queda de 1,0% em março, já que o nível de julho está 0,1% abaixo do de abril. Na edição anterior, cujos dados terminavam em abril, a mesma queda ainda integrava a janela de cálculo e tornava a métrica negativa. Entre as atividades, os serviços profissionais, administrativos e complementares cresceram 1,8%, terceira alta seguida, e informação e comunicação, 1,3%, décima nona alta consecutiva, embora abaixo dos 2,3% do trimestre encerrado em abril. Os serviços prestados às famílias ficaram estáveis (0,0%), após dez altas seguidas. Transportes (-0,7%) e outros serviços (-2,1%) registraram, respectivamente, a oitava e a sétima queda consecutiva, e as atividades turísticas recuaram 0,6%.

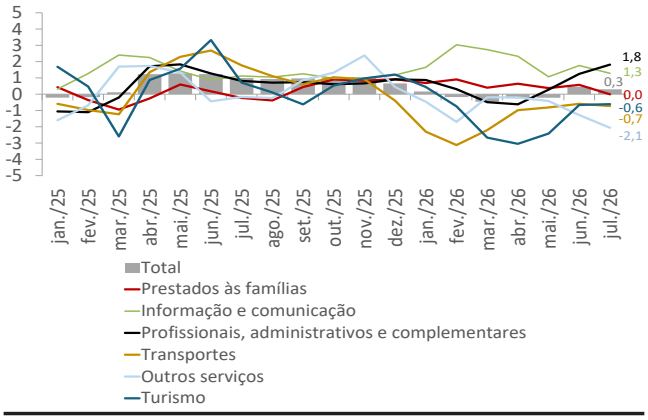
TABELA 4
PMS: total e segmentos – evolução das taxas de crescimento
(Em %)

	Pesos	Mês/Mês anterior dessazonalizado					Mês/Igual mês do ano anterior					Acumulado			
		Mai./26	Jun./26	Jul./26	Trim.[1]	*Carry-over* 3ºTrim.	Mai./26	Jun./26	Jul./26	Trim.[1]	*Carry-over* 3ºTrim.	No ano (dessaz.)	No ano (yoy)	Em doze meses	*Carry-over* 2026
Total	**100,0**	**-0,2**	**0,1**	**0,0**	**0,3**	**0,0**	**0,7**	**2,2**	**0,9**	**1,2**	**0,6**	**0,2**	**1,9**	**2,4**	**1,1**
1. Serviços prestados às famílias	**8,2**	**0,3**	**-1,4**	**0,5**	**0,0**	**-0,3**	**3,4**	**1,4**	**2,9**	**2,6**	**1,8**	**0,3**	**2,2**	**1,6**	**1,6**
1.1 Serviços de alojamento e alimentação	7,0	0,5	-1,2	0,1	0,3	-0,6	4,4	2,1	3,2	3,3	1,8	0,6	2,4	1,9	1,8
1.2 Outros serviços prestados às famílias	1,2	-1,7	-0,1	2,0	-1,1	1,3	-3,4	-2,4	1,0	-1,5	-0,8	-6,1	0,4	0,0	-0,5
2. Serviços de informação e comunicação	**23,5**	**0,2**	**2,2**	**-2,5**	**1,3**	**-1,0**	**5,5**	**9,5**	**4,6**	**6,5**	**4,7**	**2,0**	**6,5**	**5,9**	**5,4**
2.1 Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	20,7	-0,3	2,4	-2,2	1,2	-0,7	4,3	8,8	4,1	5,8	4,2	1,9	5,9	5,9	4,8
2.1.1 Telecomunicações	10,8	-0,3	1,3	-0,3	0,8	0,5	2,0	3,9	3,4	3,1	3,6	1,7	2,6	1,4	2,8
2.1.2 Serviços de Tecnologia da Informação	9,9	-0,4	2,7	-3,0	1,5	-1,4	6,5	13,4	4,8	8,3	4,6	3,9	9,2	10,3	7,0
2.2 Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	2,8	3,4	-0,8	-3,7	0,4	-3,2	15,9	14,6	8,6	13,0	9,8	2,6	11,3	6,2	10,2
3. Serviços profissionais, administrativos complementares	**21,7**	**2,4**	**-1,3**	**0,6**	**1,8**	**0,5**	**2,7**	**3,0**	**2,6**	**2,8**	**2,2**	**1,0**	**2,4**	**2,6**	**2,0**
3.1 Serviços técnico-profissionais	8,4	3,1	-1,4	0,3	2,2	0,3	5,4	5,5	3,5	4,8	4,1	4,4	5,6	5,4	4,8
3.2 Serviços administrativos e complementares	13,3	1,1	-0,6	0,5	1,5	0,5	0,6	1,0	1,9	1,2	1,2	0,5	0,1	0,5	0,3
4. Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	**36,4**	**-0,9**	**0,0**	**0,4**	**-0,7**	**0,1**	**-3,9**	**-2,5**	**-2,7**	**-3,0**	**-3,1**	**-0,3**	**-1,4**	**0,4**	**-2,0**
4.1 Transporte terrestre	20,8	0,2	-0,3	1,3	-0,1	1,2	-1,5	1,1	-0,1	-0,1	-0,5	0,2	1,2	2,4	0,3
4.2 Transporte aquaviário	1,9	1,1	2,6	0,4	4,1	2,5	-0,6	2,9	3,8	2,0	4,6	9,4	-1,1	-1,7	2,0
4.3 Transporte aéreo	3,2	-5,5	-6,8	1,7	-8,6	-4,9	-20,7	-28,5	-23,6	-24,3	-23,1	-17,7	-13,3	-4,0	-17,4
4.4 Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	10,6	-1,1	0,9	-0,1	-0,1	0,2	-2,9	-0,3	-1,4	-1,5	-1,8	4,6	-2,4	-1,9	-1,4
5. Outros serviços	**10,2**	**-1,8**	**-1,6**	**0,7**	**-2,1**	**-1,0**	**-2,1**	**-1,6**	**-1,6**	**-1,8**	**-2,2**	**0,1**	**-0,1**	**0,7**	**-1,1**
Atividades Turísticas[2]		-0,4	-3,6	2,7	-0,6	0,1	-1,5	-5,5	-1,6	-2,8	-2,1	-2,9	-1,0	0,6	-1,8

Fonte: PMS/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota:
[1] Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.
[2] Índice especial construído a partir de grupamentos de segmentos associados à atividade de turismo.

A perda de ritmo aparece com mais clareza na comparação interanual. A taxa do setor passou de 2,9% no quarto trimestre de 2025 para 1,7% no segundo trimestre de 2026, e a desaceleração concentrou-se nos transportes, cuja taxa passou de 1,7% para -2,6% no mesmo intervalo, e em outros serviços, de 2,8% para -0,2%. Nos transportes, a piora veio do transporte rodoviário de cargas e do transporte aéreo, que recuou 23,6% sobre julho de 2025. A receita nominal do segmento aéreo, contudo, cresceu 7,6% na mesma comparação, de modo que a retração em volume reflete a forte alta dos preços usados como deflator. Informação e comunicação cresceu 7,2% no segundo trimestre, mas desacelerou para 4,6% em julho, após 9,5% em junho. Os serviços prestados às famílias foram a única atividade a acelerar de forma contínua, de 0,9% no quarto trimestre de 2025 para 2,4% no segundo de 2026

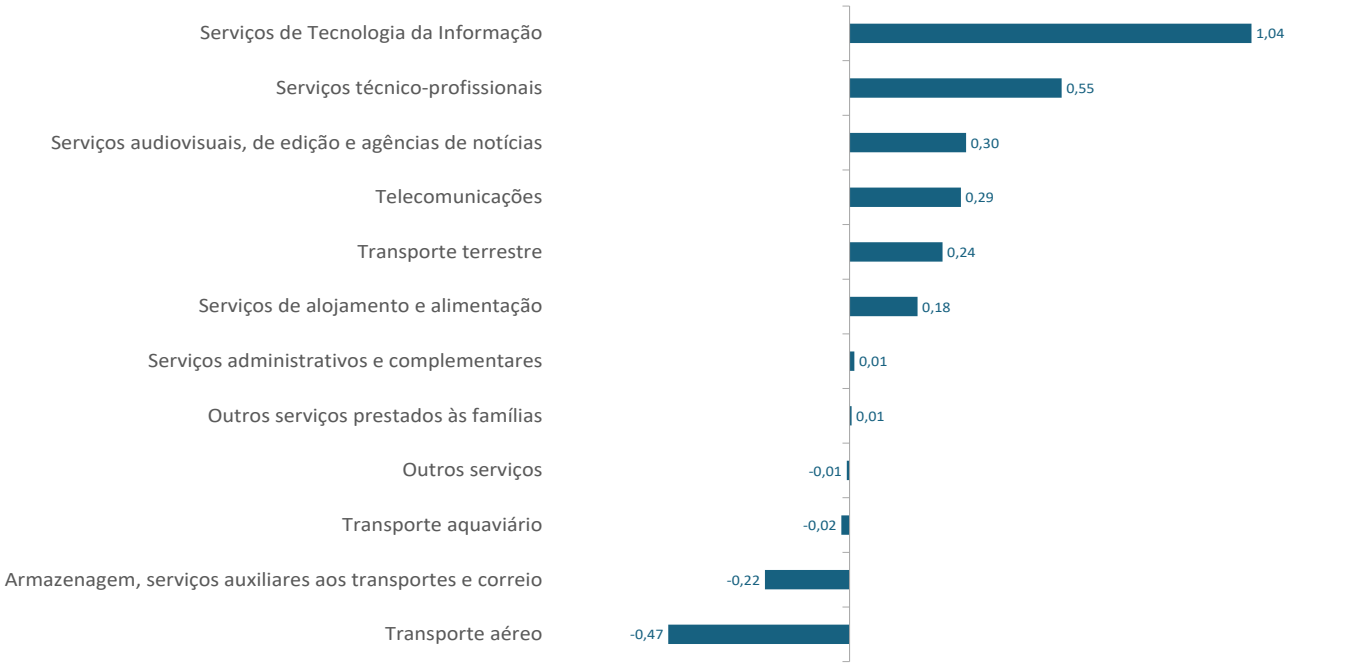
GRÁFICO 11
PMS: total e componentes – médias móveis trimestrais dessazonalizadas (jan./2025-jul./2026)
(Variação contra o período anterior, em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

e 2,9% em julho, em linha com a massa de rendimentos ainda em alta na comparação interanual. Em julho, a alta veio dos serviços de alimentação, que cresceram 5,4%, com queda de 4,6% no alojamento.

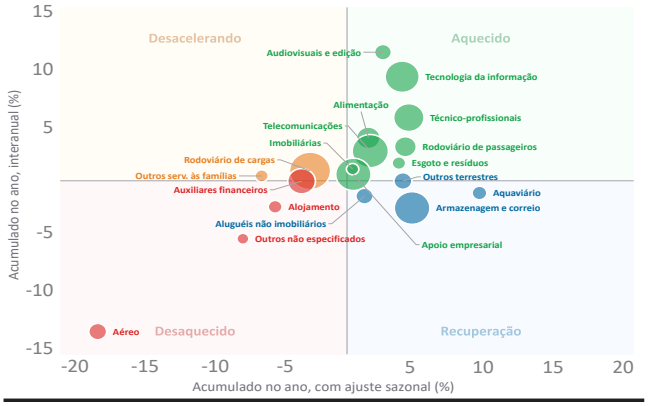
GRÁFICO 12
PMS: contribuição à taxa acumulada no ano (jul./2026)
(Em p.p.)



Fonte: Ipea e IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

As contribuições para a taxa acumulada no ano confirmam que o crescimento ficou ainda mais concentrado. De janeiro a julho, informação e comunicação acumula alta de 6,5%, seguida pelos serviços profissionais, administrativos e complementares (2,4%) e pelos prestados às famílias (2,2%), enquanto outros serviços (-0,1%) e transportes (-1,4%) recuam. Os serviços de tecnologia da informação, com expansão de 9,2%, adicionaram 1,04 ponto percentual à alta de 1,9% do setor e, somadas as telecomunicações (0,29 p.p.), os serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) responderam por 1,32 p.p., cerca de 70% do total, ante pouco mais da metade na edição anterior (gráfico 12). Na sequência vêm os serviços técnico-profissionais (0,55 p.p.), os serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias (0,30 p.p.) e o transporte terrestre (0,24 p.p.), cuja contribuição caiu a menos da metade da registrada até abril. O transporte aéreo, com queda de 13,3% no ano, passou a exercer o maior impacto negativo (-0,47 p.p.), à frente de armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,22 p.p.). O crescimento acumulado do setor depende, assim, ainda mais dos segmentos de tecnologia, cuja demanda tende a ser menos sensível aos juros.

GRÁFICO 13
PMS: mapa setorial – taxas acumuladas no ano (jul./2026)
(Em %; eixo horizontal: com ajuste sazonal; eixo vertical: contra o mesmo período do ano anterior)



Fonte: Ipea e IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota: [1] O tamanho de cada círculo aumenta com o peso da atividade na pesquisa. Os quadrantes separam as atividades pelo sinal das duas taxas.

No mapa setorial (gráfico 13), nove das 19 atividades, que somam 54,9% dos pesos, estão acima do nível de dezembro, com ajuste sazonal, e do volume do mesmo período de 2025, entre elas as três de informação e comunicação e os serviços técnico-profissionais. O transporte rodoviário de cargas, atividade de maior peso, e os outros serviços prestados às famílias ainda superam o mesmo período de 2025, mas recuaram desde dezembro. Quatro atividades (18,5% dos pesos), como armazenagem e transporte aquaviário, fazem o movimento inverso: cresceram desde dezembro, mas seguem abaixo do mesmo período de 2025. As quatro restantes, com 12,7%, estão abaixo nos dois critérios: transporte aéreo, alojamento e outros serviços não especificados anteriormente, além das atividades auxiliares dos serviços financeiros, estas praticamente estáveis (0,0%) sobre o mesmo período de 2025.

5 Confiança

As sondagens da FGV/Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) referentes a agosto e, no caso de consumidores e construção, a setembro indicam que a melhora da confiança empresarial registrada em junho não se sustentou e que a dos consumidores continuou a recuar. Do lado das famílias, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 0,5 ponto em setembro, na série dessazonalizada, para 84,2 pontos, na quinta queda consecutiva, e chegou ao menor nível desde novembro de 2022, depois de perder 3,6 pontos em agosto. A piora de setembro veio inteiramente das expectativas, inclusive na intenção de comprar bens duráveis, e foi atenuada pela recuperação da confiança na faixa de renda mais baixa, que pode estar relacionada ao reajuste de benefícios sociais. Nas médias móveis trimestrais, o índice passou de 88,9 pontos no trimestre encerrado em junho para 85,7 pontos no encerrado em setembro, o menor nível desde abril de 2025, e interrompeu a recuperação gradual descrita na edição anterior, com dados até junho (gráfico 14). O movimento ocorre em ambiente de comprometimento recorde da renda com o serviço da dívida e de inadimplência elevada (seção 1).

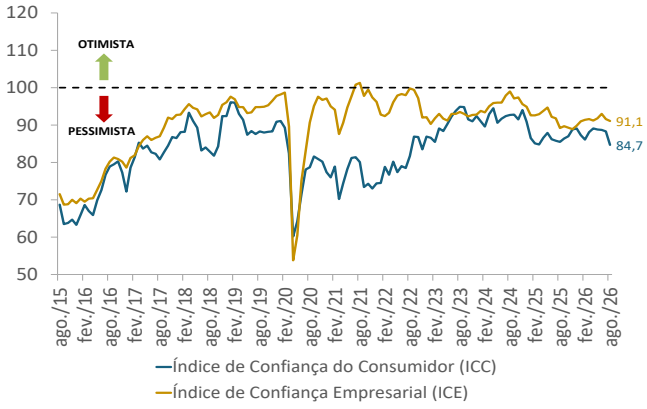
No ambiente empresarial, o ICE recuou 0,5 ponto em agosto, para 91,1 pontos, na segunda queda seguida. Em junho, o índice havia alcançado 93,0 pontos, o maior nível desde maio de 2025, melhora que a edição anterior associou ao desempenho mais favorável da atividade no primeiro semestre e que foi devolvida já em julho. Em agosto, a queda refletiu principalmente a piora da avaliação sobre a situação atual dos negócios, em especial quanto ao nível corrente da demanda, e as expectativas estabilizaram-se em torno de 90 pontos, depois de subirem ao longo do primeiro semestre. A reversão acompanha a perda de ritmo da produção industrial e do varejo descrita nas seções 2 e 3 (gráfico 14).

A abertura setorial mostra que a indústria concentrou a piora (gráfico 15). Em junho, sua confiança havia superado a linha de 100 pontos (100,1), o que não ocorria desde outubro de 2024; desde então, recuou 2,9 pontos em julho e 3,5 pontos em agosto, a maior queda mensal desde agosto de 2025, para 93,7 pontos, o menor nível desde dezembro de 2025. Em agosto, a avaliação da situação atual piorou, com demanda mais fraca e estoques acima do desejado, e as expectativas também cederam. Suavizadas as oscilações mensais, contudo, a reversão é menor: a média do trimestre encerrado em agosto (97,0 pontos) ainda superou ligeiramente a do encerrado em maio (96,6 pontos), graças ao nível elevado de junho. A deterioração é coerente com as quedas da produção em maio e junho, pouco recuperadas em julho, e não teve contrapartida no Nuci, estável em agosto (seção 2).

Nos demais setores, as variações de agosto foram menores. A confiança do comércio caiu 1,3 ponto, para 84,2 pontos, mesmo nível de maio e o mais baixo desde março de 2021, e segue a menor entre os setores. Na abertura por tipo de consumo, a média móvel trimestral da confiança dos comerciantes de bens duráveis cai há sete meses, e a dos de semiduráveis voltou a recuar no início do terceiro trimestre, na mesma direção das quedas de móveis e eletrodomésticos e de tecidos, vestuário e calçados no varejo restrito em julho (seção 3). A confiança dos serviços, na contramão, subiu 1,2 ponto, para 89,0 pontos, recompondo parte da queda de julho, e oscila em torno de 89 pontos desde janeiro, em linha com a estabilidade do volume de serviços (seção 4). Na constru-

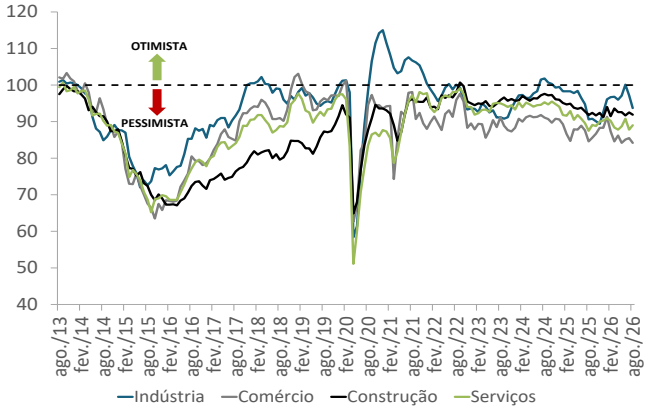
ção, a confiança cedeu 0,6 ponto em agosto e 1,4 ponto em setembro, para 90,5 pontos, o menor nível desde maio de 2021, com a demanda prevista também no patamar mais baixo desde aquele mês. Em conjunto, as sondagens reforçam os sinais quantitativos das seções anteriores, com perda de ritmo mais intensa na indústria e no comércio de bens. A piora das expectativas dos consumidores e da demanda prevista na construção sugere que a moderação da demanda doméstica deve prosseguir nos próximos meses.

GRÁFICO 14
Indicadores de confiança: empresários versus consumidores – séries dessazonalizadas (ago./2015-ago./2026)
(Em pontos)



Fonte: FGV.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 15
Indicadores de confiança setorial – séries dessazonalizadas (ago./2013-ago./2026)
(Em pontos)



Fonte: FGV.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Equipe de Assistentes:

Ana Muanis Roquete
Caio Rodrigues Gomes Leite
Juliana Alves de Souza França;
Maria Natalina Ferrera Costa
Marcelo Guedes Pecly
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira
Thaíssa Soares Machado Dutra

Equipe Administrativa:

Aline Conceição Santos
Carla Nunes Menezes
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.